

**- LXXII-****AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
E O MERCADO DE TRABALHO****Roseli Ana Fabrin**

roselifabrin@hotmail.com

UNOESC/ Brasil

**Valmir de Jesus Pinto**

avalmirpinto@hotmail.com

UNOESC/ Brasil

**INTRODUÇÃO**

No contexto das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho devido à globalização e ao desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos anos 90, surgem reflexos para os diversos setores da sociedade, destacando o setor educacional, profissionalizante e tecnológico para jovens e adultos, bem como a formação tecnológica e profissional através de programas específicos. Trata-se das reformas que foram elaboradas com critérios estabelecidos para a implementação e o desenvolvimento escolar mediante as exigências do mercado de trabalho, que passou a necessitar melhor qualificação. Estas políticas educacionais obtiveram resultados quanto ao acesso de uma educação para todos, deixando evidente a necessidade de uma reforma que visasse à qualidade da educação na formação de um sujeito eclético, crítico e competitivo para o mercado de trabalho.

**METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter qualitativo e, para o estudo, buscou-se bibliografias e documentos oficiais a partir dos anos 90. Para Triviños (2009), “o pesquisador que segue uma linha teórica baseada no materialismo dialético deve ter presente em seu estudo uma concepção dialética da realidade social e do pensamento”. Para análise dos dados utilizou-se a metodologia dialética histórica que se expressa no materialismo histórico.

Foram selecionados livros, artigos, sites e documentos oficiais e posteriormente identificados para chegarmos à produção teórica.

## DESENVOLVIMENTO

O Brasil traça metas e ações ambiciosas há séculos na área da educação, com as políticas públicas educacionais comprometidas com projetos políticos pedagógicos, planejamento básico, estabilidade profissional, erradicação do analfabetismo e da evasão escolar expressiva, para que desta forma seja oferecido acesso e a permanência, bem como o aprender com qualidade nas modalidades escolares.

Nos anos 90, o Brasil assumiu na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, o compromisso de erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental perante a comunidade internacional. A partir desse momento, começam surgir desafios diários na educação.

Com a nova versão da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, muitas reformas educacionais foram realizadas, impulsionadas pela exigência do mercado, devido à expansão das relações comerciais internacionais e a necessidade de qualificação profissional de seus colaboradores para atuar no mercado de trabalho.

Saviani (1992) “utilizou a concepção de natureza humana proposta por Marx e Engels de que o homem necessita produzir continuamente sua existência e é pelo trabalho que ele age sobre a natureza adaptando-a as suas necessidades.” É assim que a sociedade se organiza economicamente, politicamente e historicamente.

O termo reformas traz a ideia de inovação que legitima as tentativas de reestruturação e organização do poder. As reformas no âmbito educacional ganharam força a partir da crise do Estado de bem-estar, quando ocorreu um reordenamento das políticas sociais, calcadas no contexto de descentralização do Estado e nos critérios de eficiência e qualidade, complementadas com uma paulatina 'transferência' das responsabilidades estatais para a comunidade.

Segundo Almeida (2001), no Brasil, em especial no caso da educação, destaca-se a implementação de programas de controle de resultados da performance de alunos e instituições, bem como incremento de parcerias entre Estado-Sociedade.

As políticas públicas visam atender às demandas e interesses, em consonância com as leis, tendo em vista implicações nos orçamentos e aplicação dos mesmos.

Segundo Rodrigues (2010) há ciclos para elaboração de políticas públicas:

Preparação da decisão política – O governo decide enfrentar um determinado problema e buscar algum tipo de solução para uma situação

que produz privação, necessidade ou não satisfação. O problema existe? O Governo deve se envolver nesse problema? De que maneira?

Nos anos 90 o Brasil passa por uma série de crises, incluindo a inflação, onde os preços subiam diariamente. A ideia era ter o capital estrangeiro como ajuda para o crescimento econômico e declarar que a economia ia favorecer as empresas nacionais, possibilitando o desenvolvimento e a recuperação de alguns setores em declínio. Houve a necessidade de mudança na educação, onde se iniciou a discussão sobre a educação profissionalizante como a única forma de capacitar as pessoas para o trabalho.

A LDB de 1996, em seus artigos 1º e 2º, delibera sobre o desenvolvimento do educando para a qualificação, o mundo do trabalho e a prática social. Na Declaração Mundial de Educação Para Todos, garantiu-se assim a igualdade social.

A formação profissionalizante e tecnológica desta época atribui para a educação o papel fundamental para inserção no mercado de trabalho, buscando diminuir os conflitos sociais e as diferenças entre as classes. Pelo Decreto nº 5.622/05, inseriu-se a educação à distância, como uma metodologia diferenciada que, acompanhada dos recursos das tecnologias da informação e comunicação, possibilita a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem.

A Lei nº 12.513/2011 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, ampliando a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Essa Lei foi alterada pela de nº 12.816/2013, e ampliou o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante. A prioridade do Estado foi assegurar acesso à permanência por meio de programas, como o Programa de Aceleração da Aprendizagem, Acorda Brasil, Bolsa Escola, Provão, Enem – Exame Nacional do Ensino Médio e o Censo Escolar.

As políticas educacionais são ações que partem principalmente do poder público e tem como objetivo o bem comum para a sociedade em atender as demandas, como: construção de escolas, programas, aumento de vagas e educação desde cedo para as crianças. Elas beneficiam os alunos através da sua educação, mas também as famílias modernas, de modo a permitir que esses pais tenham a possibilidade de trabalhar para produzir e ainda consumir cada vez mais, sempre no contexto da globalização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho objetivou analisar as políticas públicas na educação brasileira dos anos 90 no Brasil, diante das referências bibliográficas e os documentos nacionais e internacionais

que nortearam a educação e conseqüentemente impulsionaram as novas necessidades e demandas geradas pelo desenvolvimento globalizado e a inserção do país no âmbito internacional.

Os resultados do estudo provocam-nos a compreender de forma mais abrangente que as políticas públicas na educação foram implementadas pelos governos com o intuito de solucionar questões de mercado de trabalho, de acesso e permanência. Entretanto, o Estado deu um enfoque maior na atuação profissionalizante, sem a preocupação com a formação integral de qualidade dos sujeitos.

As reformas e as políticas educacionais caminham de acordo com o cenário mundial, econômico, político e social, buscando suprir as necessidades que o mesmo estabelece no decorrer do tempo. Com isso, as políticas e reformas devem ser constantemente revisadas, de forma que a necessidade de intervenções de pensadores e pesquisadores não seja encaminhada por um único viés, o político.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA J, V. P. A avaliação da educação superior no contexto das Políticas educacionais. Avaliação - **Revista Da Avaliação Da Educação Superior**. v. 6 n. 4, 2001.

BRASIL, Lei nº 7.044/82. **Reformas De Ensino: Suas Principais Características e Consequências**.

\_\_\_\_\_, Lei n 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

\_\_\_\_\_, Lei nº 11.195/05.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Regulamenta o artigo 80 da Lei n ° 9394/96.

\_\_\_\_\_, Lei n ° 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**.

\_\_\_\_\_, Lei nº 12.816/13 altera as Leis nº 12.513/11, 8.212/1991 e 6687/79;

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 3ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.